

# A MORFOLOGIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE CARNAVAL DO RIO DE JANEIRO E SUA MUSEOGRAFIA URBANA

FIGUEIREDO, Guilherme Araujo de

Arquiteto. Pós-graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho pelo LATEC/UFF e Mestre em Ciências da Arquitetura na área de História e Preservação do Patrimônio Cultural pelo PROARQ/FAU/UFRJ. É professor de Paisagismo e Projeto de Conservação e Restauração do UNIPLI/Niterói e professor substituto de Paisagismo do DPUR/FAU/UFRJ. Coordena o Departamento Cultural do Centro Universitário Plínio Leite, em Niterói/RJ.

## RESUMO

*A evolução morfológica dos espaços públicos do Rio de Janeiro é analisada através das manifestações carnavalescas que tomaram as ruas desde o século XIX – a partir as brincadeiras do entrudo na rua do Ouvidor – até os grandiosos desfiles das escolas de samba dos dias atuais, que acontecem no “Sambódromo”, passando por lugares emblemáticos para a cultura carnavalesca da cidade, tais como a Avenida Central (atual avenida Rio Branco), a praça Onze de Junho e a avenida Presidente Vargas.*

*Por esse caminho, a história social das festas é contada em paralelo à análise arquitetônica e urbanística dos espaços onde aconteceram, descrevendo-os a partir da relação escala/ocupação entre os eventos festivos, a arquitetura circundante e as áreas livres de edificações. Complementando as análises, constata-se que as alterações morfológicas da cidade – em razão de seus vários planos urbanísticos e da evolução natural da urbe – irão determinar mudanças formais na festa e também que a necessidade da população se manifestar induzirá a alterações na configuração do espaço público.*

*Ao considerarmos os vários lugares de manifestação carnavalesca carioca como “espaços de exceção”, estes poderiam – com base em projetos interpretativos – ser apontados como espaços públicos museográficos passíveis de conservação e/ou revitalização e participantes de roteiros culturais.*

## MORFOLOGIA URBANA

Nascidos como frutos dos reais dilemas urbanos que foram verbalizados na década de 1960 por teóricos da arquitetura e do urbanismo quando do aprofundamento das discussões a respeito das soluções espaciais do modernismo (boa arquitetura x espaços públicos ruins), os projetos contemporâneos têm buscado adequar-se como respostas às demandas reivindicadas pelo ambiente urbano no qual se inserem. Portanto, a aceitação do objeto-cidade como fonte principal dos subsídios que irão direcionar as futuras intervenções, leva-nos a destacar a importância atual das disciplinas que tratam especificamente da morfologia urbana, que deve ser entendida como a ciência que estuda a forma urbana, a partir da geografia do lugar, da história social de sua população e dos elementos construídos que compõem a cidade e conseqüentemente sua paisagem, ou seja, sua configuração espacial, apreendida principalmente pela visão e secundariamente pelos outros sentidos ou vice-versa, de acordo com as infinitas possibilidades humanas de percepção.

As peculiaridades espaciais de cada cidade são, por princípio, retratos da história humana do lugar e encontram-se materializados nos objetos construídos e no modo como foram arranjados no tempo e no espaço. Nasceram da busca por abrigo e conforto, do atendimento às normas legais criadas pelos governos, dos planos urbanísticos vários, dos gostos, modas e anseios da sociedade, da exigência por representação simbólica, enfim, da adequação do espaço às necessidades da população por morar, trabalhar, circular, festejar e identificar-se como parte do lugar aonde vivem.

A dinâmica da forma urbana funciona ininterruptamente a partir da construção de novos objetos que são inaugurados na cidade e que têm sua presença – objetiva ou subjetivamente – bastante sentida em um primeiro momento, por justamente ser “novo” no meio, mas que paulatinamente incorpora-se à paisagem, determinando a longo prazo um todo volumétrico,

espacial, estético e, posteriormente, histórico. Passa, portanto, a fazer parte do que conhecemos por patrimônio cultural urbano e como tal, merecedor de compreensão e percepção pelas futuras gerações.

O objeto de discussão do presente trabalho são alguns dos espaços públicos determinados pelo arranjo de objetos construídos sobre a topografia do centro da cidade do Rio de Janeiro ao longo de sua história, que dizem respeito, especificamente, às manifestações várias da festa do carnaval e como – isso é apenas uma hipótese – eles poderiam ser mostrados aos interessados a partir de um processo interpretativo e museográfico sob forma de roteiros a serem percorridos entre pontos de partida e chegada que abrigariam informações documentais próprias da história desses lugares, das manifestações carnavalescas e das personagens que construíram a festa que mais define e explica o que conhecemos como “alma carioca”. Esses pontos de convergência de informações seriam os museus do centro da cidade, que, pela sua inserção no meio urbano, localizam-se estrategicamente (coincidentemente ou não, intencionalmente ou não) como conexões entre os lugares mais representativos dos vários momentos da história do carnaval do Rio de Janeiro.

## **RUA: O LUGAR DA FESTA**

*O di ti a uê, chê  
Fu, a uá ny  
Odê, odá, bj ejô  
Sa lo dê<sup>1</sup>*

O que é a rua? Que entidade é esta que está presente em nosso cotidiano e que tantas definições tem? Na morfologia urbana, define-se rua como sendo

*um dos elementos mais claramente identificáveis tanto na forma de uma cidade como no gesto de a projetar. Assenta num suporte geográfico preexistente, regula a disposição dos edifícios e quarteirões, liga os vários espaços e partes da cidade, e confunde-se com o gesto criador.* (LAMAS, 2000, p. 98)

A rua parte do gesto do planejador e perdura na estrutura da cidade. As estruturas viárias resistem enquanto a cidade se desenvolve e definem o alinhamento das quadras, determinam as perspectivas que apontam o monumento, orientam o transeunte e existem “nos vários níveis ou escalas da forma urbana. Desde a rua de peões à travessa, à avenida, ou à via rápida, encontra-se uma correspondência entre a hierarquia dos traçados e a hierarquia das escalas da forma urbana.” (*ib.*, *ibid.*)

Gordon Cullenn (1983, p. 9 a 8) nos diz que somente na escala da rua podemos perceber a riqueza da paisagem urbana e a cidade, quanto mais surpresas e particularidades nos apresentar ao passearmos por suas ruas, mais estímulos iremos receber através de nossas retinas e mais entusiasmo teremos em desvendar esse lugar. As relações entre a cidade e o homem se estabelecem na rua e pela imagem da rua podemos conhecer o habitante da cidade.

Na rua acontecem as trocas, os encontros, a circulação das pessoas e a animação das cidades e nela “a sociedade ‘segrega’ ou produz o espaço de que necessita para as suas práticas sociais e nele as reflete.” (LEFEBVRE, *apud.* LAMAS, *op. cit.*, p. 392) Nos estudos do novo urbanismo da década de 1960, após as desilusões da cidade moderna, redescobriu-se a rua antiga e também que “a necessidade principal das grandes cidades reside na mistura de funções, formando um organismo social e econômico” dinâmico, onde o ser humano possa estar de novo entre seus iguais, vivenciando as experiências coletivas em espaços públicos bordejados por habitações, lojas, bares, restaurantes e esquinas. (JACOBS, *apud. id.*, *ibid.*, p. 394)

---

<sup>1</sup> O texto do qual foi retirada esta quadra é de autoria de João do Rio e foi publicado em 29 de outubro de 1905 com o título de *A rua* na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro. Trata-se de uma sentença em *eubá*, chamado pelo autor de “o esperanto das hordas selvagens” (DO RIO, 1997, p. 65), e quer dizer apenas isto:

*Rua foi feita para ajuntamentos.  
Rua é como cobra  
Tem veneno  
Foge da rua!*

Em 1965, Christopher Alexander em *City is not a three* diferencia as cidades naturais (espontâneas, com ligações entre os bairros por laços diversos: habitação, trabalho, convívio, relações sociais, etc.) das cidades “artificiais” (criadas por planos e divididas em unidades de vizinhança, com rígida disciplina, sem laços), numa forte crítica a Le Corbusier, aos preceitos da Carta de Atenas, ao funcionalismo, ao zoneamento e à unidade de vizinhança. (ALEXANDER, *apud. id., ibid.*, p. 395)

Esses autores, ao elaborar tais conceitos e definições estavam tentando fazer a crítica às cidades modernas, resgatando a alma das ruas que havia se separado do cotidiano citadino por intermédio da frieza dos edifícios isolados e do rompimento formal e filosófico entre o novo e a história. As ruas-corredores e as quadras estavam fadadas ao desaparecimento e com elas a vida urbana.

A rua “é um ser vivo imóvel” (DO RIO, 1997, p. 53) porque comporta-se como tal: nasce de uma estrada, um caminho primitivo ou pelo traço do urbanista; cresce e se alarga; alimenta-se de mitos, lendas, acontecimentos macabros ou heróicos; e morre, nas urbanizações demolidoras ou pelo abandono ao qual muitas vezes é relegada pela estagnação e pelo desuso.

A rua, portanto, não é somente um elemento da morfologia urbana, mas também uma entidade fundamental para o entendimento das transformações da sociedade, pois em todas as ocasiões em que houve modificações estruturais e formais no ambiente urbano do centro do Rio de Janeiro, as atividades coletivas – particularmente o carnaval – também se modificaram. No carnaval também, sempre se refletiram as contradições da estrutura social do Rio de Janeiro, através de discriminações e separações territoriais dos lugares de representação da festa.

Os espaços públicos festivos conseguem demonstrar, através de suas peculiaridades, a forma como o carioca se manifesta quando rompe os limites entre a rua cotidiana do trabalho e das circulações e a rua da festa, onde as pessoas se igualam e o coletivo se sobrepõe ao individual. A rua é imprescindível para o carnaval porque agrega as pessoas e nela se permite que as verdades sejam expostas irrestritamente, mesmo que por trás de máscaras.

## **AS FESTAS CARIOCAS E SUAS EXPRESSÕES FORMAIS**

Um dos adjetivos comumente empregados para qualificar o Rio de Janeiro é o desta ser uma cidade festiva. A historiografia mostra que desde os tempos da colônia as ruas e praças têm abrigado inúmeras comemorações públicas, de importância cultural significativa.

O fato de este núcleo urbano formado às margens da baía da Guanabara ter sido, desde a sua fundação em 1565, um pólo onde se desenvolveram atividades lúdicas representativas poderia exemplificar o que Lewis Mumford qualifica de “cidade-ímã”:

*um ponto de encontro aonde periodicamente as pessoas voltam [...] a intervalos determinados e regulares, por concentrar, além de quaisquer vantagens naturais que possa ter, certas faculdades “espírituais” ou sobrenaturais, faculdades de potência mais elevada e maior duração, de significado cósmico mais amplo do que os processos ordinários da vida.* (MUMFORD, *apud.*, FERNANDES, 2001, p. 2).

Se o Rio de Janeiro deveria ser incluído nessa categoria transcendente, é uma questão a ser discutida, porém, os vários eventos que caracterizam-na como uma cidade festiva levam a supor que o processo de formação do espaço da cidade e a cultura de seus habitantes – forjada nas experiências coloniais, de sede do império e de capital da república – podem ser considerados como determinantes para a adjetivação acima.

Em seus primórdios, por tratar-se de estratégico centro distribuidor de bens agrícolas, a cidade estruturava-se exclusivamente em função das atividades comerciais com Portugal. A vida social pulverizava-se pelo interior do território brasileiro, onde a classe dirigente possuía grandes propriedades, estas responsáveis pelo abastecimento dos navios que partiam do Rio de Janeiro para a metrópole. (REIS FILHO, 1995) As poucas residências da cidade serviam apenas de pousada para os senhores de engenho e pelas autoridades convidadas destes, quando precisavam se encontrar por ocasião das obrigações comerciais e administrativas. Na

maior parte do tempo, porém, as casas mantinham-se fechadas, aos cuidados dos escravos que ali eram cativos. (*id.*, *ibid.*)

Por conta dessa economia exclusivamente voltada para a produção agrícola, onde as relações de trabalho se davam unicamente no ambiente rural, os primeiros núcleos urbanos do Brasil caracterizavam-se por terem vida social intermitente e “se animavam somente nos dias de festas e procissões”. (*id.*, *ibid.* p. 20) Então, era em datas comemorativas do calendário católico que o Rio de Janeiro se enchia de gente, alegremente a ocupar seus espaços ao ar livre com os festejos religiosos. Nesses encontros públicos, “fora do recinto sombrio e solene dos templos” (COARACY, 1988, p. 258) estabeleciam-se intensas relações sociais de liberdade e de escape das atribuições diárias ditadas pela Coroa Portuguesa.

Já a partir do século XVII, são registrados dezenas de eventos: a procissão de Cinzas, a cargo dos Terceiros da Ordem da Penitência, a procissão dos Passos, de responsabilidade dos frades do Carmo e da Irmandade da Misericórdia, a procissão dos Fogaréus, entre outras.<sup>2</sup>

Os préstitos seguiam com o povo atrás, ocupando o espaço público e participando da vida cultural e religiosa da cidade. Nas ruas estreitas e sombrias do Centro, esses eventos à luz de tochas e lanternas ganhavam magnitude dramática profunda, plenamente adequada a uma sociedade moldada pelo imaginário barroco da Contra-Reforma.

Eram grandiosos acontecimentos sociais onde proprietários rurais, senhoras e sinhazinhas, crianças e escravos confraternizavam-se com entusiasmo. As comemorações, muitas das vezes, duravam dias e nessas ocasiões as janelas que se debruçavam sobre as ruas por onde passavam os préstitos enfeitavam-se com flores e estandartes. A cidade se enchia de vida e o povo assistia com devoção o desfile dos andores de santos, cavaleiros em roupas de gala, autoridades eclesiásticas e pessoas caracterizadas de anjos e personagens sacras, que se apresentavam ao som de ladainhas e cânticos religiosos.

Originalmente ligados à liturgia religiosa, esses desfiles, em geral, se desdobravam em acontecimentos festivos com fortes características profanas. Isso em muito se deveu à própria política de cristianização praticada pela Igreja nos muitos recantos e nações onde atuava. Para mais facilmente catequizar, no caso brasileiro, os nativos da terra e os negros escravos, os operários de Cristo buscavam traduzir a doutrina católica através de uma linguagem de fácil compreensão e aceitação pelos novos batizados. Essa postura era condescendente com os catequizados e permitia que práticas festivas, músicas e ritmos da mitologia e da religiosidade originais dos indígenas e africanos fossem apropriadas pelos evangelizadores, passando a fazer parte dos rituais cristãos.

Assim, nesse constante diálogo entre culturas diferentes estabelecido por dominadores e dominados, onde a intenção primeira de catequizar os pagãos determinou o sincretismo peculiar da cultura brasileira para a festa, foram se configurando as maneiras como os brasileiros têm realizado suas manifestações públicas pelas ruas das cidades.

Até finais do século XVIII, os principais eventos que se desenrolavam nos espaços públicos do Rio de Janeiro distinguiam-se por serem representações de cunho religioso, contudo, ao iniciar-se o século seguinte, inaugurado para os brasileiros em 1808 com a chegada de D. João VI e sua corte, um outro tipo de manifestação pública passou a fazer parte do cotidiano urbano: as celebrações do poder real.

A transferência do monarca e seu séquito de acompanhantes para as terras da colônia modificou substancialmente a vida cotidiana dos habitantes do Rio de Janeiro, afinal, da noite para o dia aquela cidade transformou-se em sede do reino português.

O governo então ocupou-se em adequar não só o espaço físico da cidade, mas também os hábitos da sociedade local à corte, para que esta pudesse se estabelecer em um ambiente mais propício e familiar aos seus costumes, rituais e demonstrações de louvor ao rei e seus símbolos de poder. Isso teve que ser feito de um modo oficial, através de leis e do poder de polícia.

---

<sup>2</sup> Sobre as diversas procissões que se realizavam no Rio de Janeiro, ver: COARACY, 1988, p. 258.

Deste modo, em abril de 1808 é empossado com “ares de prefeito” o intendente geral de polícia, cujas atribuições eram, entre outras, controlar os horários noturnos das vendas, botequins e casas de jogos para se evitarem ajuntamentos de ociosos a partir das 22 horas; proibir o despejo de “águas imundas e outros dejetos” sobre as ruas do centro da cidade e até mesmo coibir as palmas e assobios “sem decência” no interior dos teatros.

Quanto ao ambiente físico, a Intendência Geral de Polícia ocupava-se em fiscalizar os novos edifícios para que estes fossem construídos sob os novos parâmetros legais, ou seja, em vez de casas térreas faziam-se edificar prédios assobradados; zelava pelos chafarizes, fontes e pela conservação do Passeio Público; licenciava e fiscalizava os meios de transporte de terra e de mar; reprimia a mendicidade; cuidava da iluminação pública; auxiliava a extinção de incêndios, etc.<sup>3</sup>

Nessa cidade, onde uma nova postura social estava se moldando, as demonstrações de vínculo e subordinação ao monarca estabeleciam-se fortemente nos rituais das festas. A presença física da corte nos desfiles pelas ruas era importante para que o rei e os símbolos de seu poder fossem reconhecidos e reverenciados, daí a regularidade e frequência com que essas festas aconteciam. O ato de promover festas era constante entre os reis de Portugal em ocasiões específicas como casamentos, chegadas e partidas de visitantes ilustres, nascimentos e coroações e em datas da liturgia católica, como Páscoa, Corpus Christi e dias de santos. O hábito foi irrestritamente aceito em terras cariocas, contribuindo com mais esse item para o perfil festeiro da cidade.

Essa prática veio a se consolidar ao longo de todo o século XIX, tornando-se habitual nos governos imperiais de D. Pedro I e D. Pedro II. A grandiosidade dos cortejos impressionava pela pompa e pelo afluxo de populares que os assistiam. Todos os representantes das diversas instâncias do poder passavam em desfile, devidamente uniformizados e paramentados: os membros da nobreza, o clero, os chefes militares e os serviçais da corte, que, ao som de músicos negros, entre carruagens e cavaleiros, acompanhavam o monarca e suas insígnias imperiais.

As palavras da historiadora Lilia Schwarcz, em *O Império em procissão* são bastante pertinentes ao tema e podem ser adotadas como explicação do fato:

*Na absorção do rei dialogavam, assim, diferentes instâncias explicativas, atualizadas pela cerimônia que se desenvolvia nas ruas, no Paço e na Capela Imperial: o monarca das elites políticas [...] dividia espaços com o soberano alegórico das tantas releituras e que era recebido como imperador do Divino, entre lundus e congadas. Por isso mesmo, nada melhor do que tomar a festa como objeto, a festa que não é senão uma forma sintética de reflexão sobre a vida. (SCHWARCZ, 2001, p. 69)*

### **A morfologia das festas: categorias analíticas e espaciais**

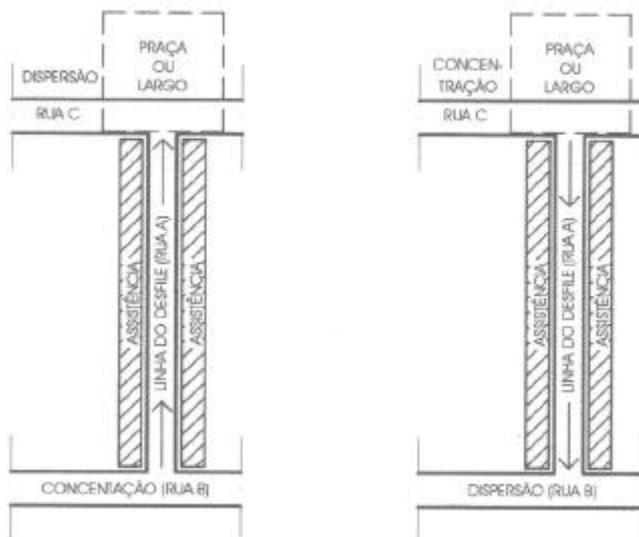
O determinante antropológico provocado pela absorção sócio-cultural desses eventos de representação oficiais e daqueles de caráter religioso anteriormente mencionados que se apresentavam nas diversas ruas da cidade será incorporado na formação da cultura do brasileiro, em particular do carioca, e irá determinar a forma comumente adotada para a configuração das festas mais representativas da cultura do Rio de Janeiro: as festas de estrutura *linear*.

Essa linearidade é característica formal preponderante das festas de rua cariocas. Como visto anteriormente, a população da cidade acostudou-se – devido às procissões religiosas ou tomando como modelo os cortejos imperiais – a perceber espacialmente as celebrações festivas através da forma *desfile*, onde o público posiciona-se estrategicamente para assistir às atrações que se apresentam, uma a uma, em seqüência. A estrutura do desfile deve ser previamente planejada para que a mensagem a ser transmitida possa ser corretamente compreendida pelo público; e os participantes do préstito, para dar credibilidade a essa mensagem, devem representar os seus papéis com o máximo de verossimilhança.

---

<sup>3</sup> Para mais informações sobre as atribuições da Intendência Geral da Polícia, em 1808, ver: PECHMAN, 2002, p. 72 a 76.

Os desfiles, portanto, para que possam ser devidamente compreendidos pelos que o assistem devem ser minuciosamente organizados. Os elementos participantes, as personalidades, os andores, as carruagens, as insígnias, as alegorias, precisam estar em suas posições corretas para que possam entrar na linha do desfile na seqüência que dá ao evento a clareza de sua intenção.



**FIGURA 1:** Os esquemas mostram as quatro categorias espaciais das festas lineares: linha do desfile, assistência, concentração e dispersão. Essas duas últimas categorias podem apresentar-se tanto como uma rua transversal à linha do desfile quanto como um alargamento (praça ou largo). (Desenho do autor)

Dessa maneira, para que possa realizar-se a contento é imprescindível a existência de quatro categorias espaciais<sup>4</sup> que irão permitir que o desfile possa se desenvolver plenamente: a primeira é a rua, o corredor, a avenida, ou seja, o espaço bidimensional delimitado em planta por largura e comprimento (FIGURA 1). É a linha que o préstito irá percorrer para apresentar o que tem a dizer (ou o seu enredo) e que, irá determinar as dimensões dos elementos apresentados, a quantidade de pessoas participantes e o tempo que levará para se deslocar do ponto inicial ao ponto final do percurso.

A segunda categoria formal é a *concentração*, o local de onde partem os elementos que irão se apresentar e onde os mesmos são organizados, alinhados na seqüência correta pra que entrem na linha de desfile nas posições pré-estabelecidas. Normalmente, as concentrações tomam lugar em outras ruas, transversais à rua principal, em interseção a esta logo no seu início, no ponto de onde parte o cortejo. São estruturas também bidimensionais, em forma de linha, onde toda a estrutura do desfile pode ser arrumada e rearrumada, onde os participantes se encontram e se preparam para o desfile.

Muitas das vezes, os elementos que irão partir em préstito concentram-se em locais onde ocorreu algum evento preparatório anterior. É o caso das procissões, que geralmente partem do espaço interno do templo ou de seu adro para as ruas, ou das coroações e cerimônias de posse, cuja preparação ocorre dentro dos palácios.

A concentração pode ter lugar também em praças ou largos, conectados diretamente à linha de apresentação em seu ponto de partida. Os exemplos desta categoria encontram-se nas festas de terreiro ou largo, nos sambas de roda, nos blocos carnavalescos ou nas festas juninas, que atraem a multidão para a praça, onde confraternizam e organizam-se e depois partem em festa pelas ruas, em desfile.

A *dispersão* é uma outra categoria espacial importante. Também conectada à linha de desfile, encontra-se porém no outro extremo desta, no final do percurso, onde a seqüência da apresentação já não importa tanto e os elementos se dispersam no espaço além do público assistente. Quando o cortejo chega à dispersão, o seu objetivo já foi atingido e ele perde a sua razão de existir. Ao cruzar o limite final da rua, aquele corpo se desestrutura e seus elementos

<sup>4</sup> Aqui estarei me utilizando dos termos que caracterizam os espaços formadores da estrutura dos desfiles de escolas de samba do carnaval do Rio de Janeiro, atualmente adotados pelos organizadores do evento. Assim, expressões como *concentração* e *dispersão*, apesar de serem próprias do mundo do samba, serão aqui tomadas como paradigmas, pois conseguem traduzir perfeitamente as fases de preparação e finalização de qualquer desfile.

formadores já não precisam mais manter as suas rígidas posições e hierarquias e cada um toma o seu próprio rumo. O conjunto, neste momento, se individualiza e se desfaz.

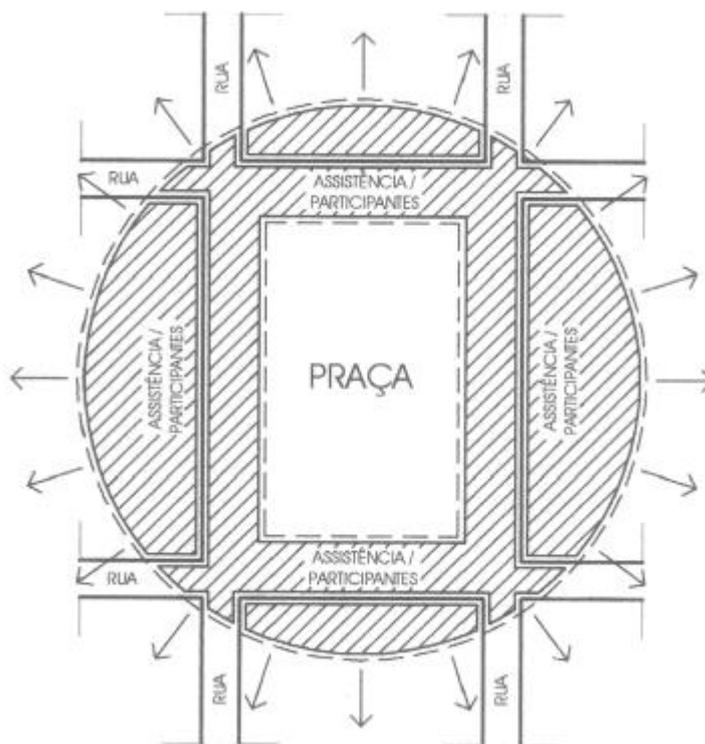
A dispersão não possui forma que a caracteriza como tal, podendo ocorrer tanto em praças ou largos quanto através da malha de vias que se ramificam a partir do ponto final da linha de desfile. Assim sendo, a única regra para que a dispersão possa existir – e sem ela não há desfile – é estar de alguma maneira conectada àquela linha em seu ponto de dissolução e, logicamente, ter dimensões suficientes para acolher o volume do corpo do cortejo, mesmo que seja em frações. É importante também que à medida em que tal espaço for sendo ocupado, seja permitido que os outros elementos que ainda estão desfilando possam fazê-lo com a fluidez necessária ao bom desempenho do espetáculo.

Uma quarta categoria espacial sem a qual não há cortejo é a assistência. Na verdade ela é a própria razão de ser da festa. Não há como se realizar um desfile sem um público que o assista. A forma do local de assistência ou local do “público” varia de acordo com o tipo e a magnitude do espetáculo. De qualquer modo, as pessoas que convergem para o local do evento e se propõem a assisti-lo ou, às vezes, a participar do mesmo seguindo-o, precisam estar posicionadas diante da via na qual os elementos constitutivos do cortejo irão se apresentar sequencialmente.

A posição do observador que irá assistir a um desfile (em qualquer ponto ao longo das duas linhas paralelas que margeiam a linha principal onde se desenrola o espetáculo) é aquela na qual a sua linha de visão possa estar direcionada perpendicularmente à via principal e, dependendo do tipo de espetáculo e das características morfológicas desta via, esse observador poderá estar em pé no mesmo nível dos desfilantes, acima destes em arquibancadas ou equipamentos urbanos como escadas, desníveis e até postes ou no privilegiado espaço dos camarotes, varandas, sacadas e janelas das edificações que margeiam o percurso da festa. Um outro posicionamento, abaixo da linha do desfile, quando este é desenvolvido sobre estrutura em forma de tablado também ocorre e já fez parte da história dos desfiles do Rio de Janeiro.

Ao serem analisados os diversos sítios onde as festas de estrutura linear tomaram forma, essas quatro categorias espaciais podem ser claramente identificadas. Na ausência de qualquer uma delas dificilmente um desfile teria condições de se desenvolver em sua plenitude e de responder às intenções dos organizadores ou às expectativas do público.

Percebe-se que essa estrutura formal, em linha, será preponderante nas mais importantes celebrações dos séculos XIX e XX, apesar de existirem no calendário festivo brasileiro outras formas de ocupação dos espaços urbanos pelas festas (como a *radial*, por exemplo – FIGURA 2).



**FIGURA 2:** As festas radiais acontecem em torno de um núcleo centralizador que abriga o evento, agrega o público e se irradia pelas ruas que lhe dão acesso. Nessa configuração, assistência e participantes dividem o mesmo espaço que “pulsa” radialmente a partir do centro geométrico do lugar. (Desenho do autor)

## Sagrado e profano

Com suas raízes deitadas na cultura do homem rural, a maioria dos festejos que passaram a ocorrer também entre os limites da cidade, teve como protagonistas os negros escravos que mesclaram seus cantos, danças e ritmos africanos com os costumes de caboclos e mestiços nas comemorações litúrgicas do catolicismo, próprias dos europeus e seus descendentes. As datas do calendário santo, quando coincidiam com os períodos de vacância do ano agrícola, com o final das colheitas ou com os períodos de estio permitiam que as festas fossem cada vez mais intensas, como

*nos finais de agosto e inícios de setembro, quando se festejava a mais concorrida delas: a Festa do Divino Espírito Santo.[...] Com duração de vários dias, (as folias do Divino) eram seguidas à noite por folguedos, jogos, danças, cantorias e bailes que completavam as comemorações de exaltação aos santos preferidos. Assim, entre outros exemplos, os maracatus, os moçambiques, os sambas, os cateretés, os cururus e os jongos acoplavam-se às festas do Divino, às de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, às festas da Santa Cruz e de São Gonçalo, atribuindo-lhes novas características e uma conformação diferenciada das que lhes deram origem, algumas delas rituais de origem ibérica. (WISSENBACH, 1998, p. 81 a 83)*

No Rio de Janeiro, a mais significativa das festas de origem religiosa e que foi fortemente sincretizada à cultura dos negros teve origem ainda no final do século XIX: a festa de Nossa Senhora da Penha. Esse grandioso evento acontecia no largo existente aos pés da colina onde se localiza a igreja, entre as décadas finais do século XIX e as primeiras do século XX. A ocupação pela festa daquele pequeno “arraial de subúrbio que começava a ser incorporado pela expansão urbana” (FERNANDES, *op. cit.*, p. 37) originou-se da devoção à santa pelos portugueses, que após as obrigações religiosas “se regalavam com pratos típicos, se encharcavam de vinho e se embalavam ao som de fados”. (*id.*, *ibid.*, p.37) O evento ampliou-se aos poucos em popularidade e com maior força após o Treze de Maio, quando os negros intensificaram a sua presença na festa, transformando-a em um grande acontecimento de expressão de sua cultura.

Aquele espaço acolhia nos finais de semana do mês de outubro centenas de pessoas “de toda a cidade e de todas as classes sociais” (*id.*, *ibid.*, p.37) e a sua vitalidade intensificou-se à medida em que o evento ajudou a trazer à luz a maior expressão da cultura negra do Rio de Janeiro: o samba. Na Penha os sambistas se encontravam para cantar, dançar e fazer conhecidas as suas criações e transformavam aquele largo em uma festa monumental. “Para líderes da cultura negra carioca como Tia Ciata e Heitor dos Prazeres” o local era chamado de “centro”<sup>5</sup> e era reconhecido como o espaço agregador dos interesses sociais e culturais dos negros no período. Esse centro foi responsável pela popularização do samba até ser essa função substituída pelo surgimento na década de 1910 do mercado de discos e pelo advento das rádios, na década de 1920.

A festa da Penha entrou em declínio não só pelo crescimento de outros veículos de divulgação das músicas populares, mas também pela forte repressão exercida pelas autoridades sobre as manifestações da cultura das camadas mais pobres da população. Praticadas predominantemente pelos ex-escravos e seus descendentes, essas manifestações vinham sendo amplamente adotadas pelo crescente número de desempregados, sub-empregados e imigrantes rurais, resultando aos olhos da polícia em “perigosos” ajuntamentos de multidões de desordeiros. Em várias ocasiões, contingentes do Exército e da Marinha foram mobilizados para neutralizar aquela “centralidade” identificada tanto pelos líderes negros quanto pela elite dirigente do país.

Não se pode negar também os efeitos provocados pela tentativa de recuperação do comando da vida religiosa brasileira pelas autoridades eclesiais do início do século XX. Por ordem do Vaticano era necessário expurgar qualquer forma exógena ou profana dos rituais católicos, assim, passou-se a coibir os sambas, as umbigadas, os desafios e as batucadas de todas as festas religiosas, obrigando quem as praticava a procurar outras ocasiões e outros locais para fazê-las acontecer.

---

<sup>5</sup> Sobre as especificidades da Festa de Nossa Senhora da Penha, ver: FERNANDES, 2001, p. 36 a 39.

Nessa mesma época um outro espaço da cidade foi aos poucos sendo apropriado pelas festas da população negra. Esse lugar, também em forma de praça ou largo, como o da festa da Penha, abrigou até o seu desaparecimento a partir da abertura da Avenida Presidente Getúlio Vargas, as manifestações que iriam dar origem aos futuros desfiles de escolas de samba do carnaval carioca. Estamos falando da Praça Onze de Junho (FIGURA 3), local mítico para a cultura negra do Rio de Janeiro, também conhecida, como a “Pequena África”.

Tanto a festa da Penha quanto as da Praça Onze servem como exemplos daquelas que podem ser classificadas como de estrutura *radial*. Eventos com essa conformação ocorrem em espaços conhecidos como praças ou largos. Estes são elementos da morfologia urbana nascidos ou do alargamento provocado pelo ponto de cruzamento de várias vias ou através de uma intenção projetual. Determina-se, de uma forma ou de outra, um espaço de centralidade, agregativo de experiências coletivas das pessoas que têm nas redondezas, ou melhor, em seu raio de influência, os seus locais de convivência, seja de moradia, seja de trabalho.



**FIGURA 3:** O território do entorno da Praça Onze de Junho caracterizou-se por abrigar grande parte da população de ex-escravos, mestiços e imigrantes pobres que foram expulsos do centro da cidade por ocasião dos “bota-abaixo” da virada do século XX. Constituiu-se como um importante núcleo irradiador de cultura para a história das festas cariocas. (Praça Onze de Junho, Malta, s. d. – fonte: MEMÓRIA DA DESTRUIÇÃO/AGCRJ, 2002, p.42)

As festas de estrutura radial acontecem, portanto, em locais que possuem a capacidade de tornarem-se pontos de encontro ou centros de confluência de pessoas com interesses comuns. Nos casos em que esses interesses passam a ser compartilhados por um número de pessoas mais abrangente, – geralmente quando a festa ganha notoriedade e se populariza – a área de ocupação da festa tende a ampliar-se para abrigar maiores contingentes humanos e de equipamentos. Contudo, o núcleo de convergência em seu sítio original tende a manter-se o mesmo.

Outros fatores, de ordem social ou morfológica podem restringir a longevidade, a permanência e a popularidade da festa. Os mesmos acontecem quando o espaço de celebração caracteriza-se como “gueto”, com barreiras sociais que dificultam a participação de outros grupos no evento ou quando as características físicas de suas linhas perimétricas, pela presença de acidentes geográficos ou de elementos da morfologia urbana impedem a plena circulação dos usuários, “engessando” os seus limites.

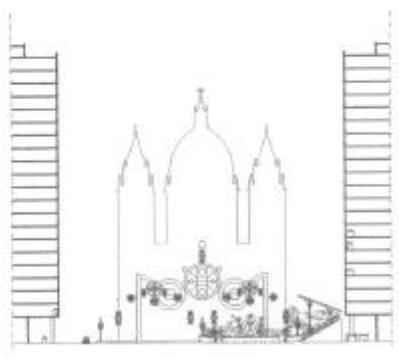
Deve-se observar mais uma vez que, como bem descreve o arquiteto José Ressano Garcia Lamas em *Morfologia urbana e desenho da cidade*, existe uma diferença importante entre os espaços de convivência conhecidos como *praças* e os chamados de *largos*. A principal diferença é que aquelas distinguem-se destas por possuírem um caráter intencional de organização do espaço urbano, não é como os largos um fenômeno espacial que surgiu por acidente, determinado pelos alargamentos ocasionais ou pela confluência dos traçados. O autor afirma que “a praça pressupõe a vontade e o desenho de uma forma e de um programa”. (LAMAS, *op. cit.*, p. 100 e 101) Entretanto, podemos concluir que, no caso das festas, a Praça Onze e o Largo da Penha possuíam usos e apropriações semelhantes, portanto, ambos podem ser classificados como espaços característicos de festas radiais.

Ao longo de sua história, o Rio de Janeiro tem abrigado inúmeras festas de grande sucesso popular e elas estão constantemente se modificando de acordo com os espaços disponíveis. Algumas têm vida longa, outras duraram poucas décadas. São dezenas de festejos de cunho religioso, festas juninas, quermesses e feiras, *reveillons* nas praias para mais de um milhão de pessoas, festas cívicas, paradas militares, comícios e passeatas e todas elas poderiam ser classificadas numa dessas duas categorias: *lineares* ou *radiais*.

Contudo, a festa que mais se difundiu nos corações e mentes da população e melhor representa a alma e a cultura da cidade do Rio de Janeiro é, sem sombra de dúvida, o carnaval. Essa festa, cujas origens remontam às *dionísias* gregas e *saturnálias* romanas., aportou em terras tupiniquins e, após incontáveis reciclagens e digestões de culturas e expressões étnicas em cinco séculos, tornou-se um fenômeno de proporções monumentais. O carnaval, desde os tempos coloniais, agregando e reestruturando manifestações diversas, esteve presente nas ruas e praças da cidade e se transfigurou adaptando-se à evolução dos espaços urbanos e dos fenômenos sócio-culturais, políticos e econômicos que se fizeram perceber no país. É sobre essas transmutações da festa e seus lugares de apresentação que irá tratar a seqüência deste trabalho.

### CENTRO / RIO DE JANEIRO: PALCO DO CARNAVAL

A cronologia do carnaval carioca nos aponta para mais de uma dezena de eventos e

PRINCIPAIS MANIFESTAÇÕES / PERÍODO	<p><b>ENTRUDO</b> PERÍODO COLONIAL / INÍCIO DA DÉCADA DE 1910</p> <p><b>CORDÕES, ZÉ-PEREIRAS, CUCUMBIS, ETC.</b> SÉCULO XIX / INÍCIO DO SÉCULO XX</p> <p><b>GRANDES SOCIEDADES</b> 1855 / 1904</p>	<p><b>GRANDES SOCIEDADES</b> 1905 / FINAL DA DÉCADA DE 1970</p> <p><b>CORSO</b> 1907 / DÉCADA DE 1930</p> <p><b>RANCHOS</b> DÉCADA DE 1900 / DÉCADA DE 1960</p> <p><b>BLOCOS</b> DÉCADA DE 1960 / SÉCULO XXI</p> <p><b>ESCOLAS DE SAMBA</b> 1957 / 1962</p>	<p><b>ESCOLAS DE SAMBA</b> 1946 / 1956 (1º PERÍODO)</p> <p><b>ESCOLAS DE SAMBA</b> 1963 / 1973 (2º PERÍODO)</p>
	<p><b>ESPAÇOS PÚBLICOS UTILIZADOS</b></p> <p> <b>RUA DO OUVIDOR</b></p> <p> <b>AVENIDA CENTRAL (AV. RIO BRANCO DESDE 1912)</b></p> <p> <b>AVENIDA PRESIDENTE VARGAS</b></p>		



ESCALA GRÁFICA

**FIGURA 4:** Quadro comparativo das principais manifestações carnavalescas do centro do Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX – parte 1. (Desenho do autor)

manifestações diferentes em função de suas origens sociais, históricas e circunstanciais e apresenta-se dependente dos grupos sociais e das personagens que a protagonizam. Como vimos, desde os primeiros tempos do Brasil, ainda como colônia portuguesa, as festas de rua participam intensamente da vida social da cidade do Rio de Janeiro. O carnaval, especificamente, começa a tomar corpo ainda nos tempos da vinda da Família Real e sua corte para a então capital colonial e mostra-se como um fenômeno que permeou com constância quase que ritualística os relatos de visitantes estrangeiros, artistas plásticos e imprensa, desde o início do século XIX.

As manifestações festivas têm sido várias e se ajustaram de acordo com o espaço urbano disponível e identificado como o de melhor logística para o evento, maior capacidade de concentração de foliões e, sem dúvida, de melhor visibilidade para o povo e para os diversos veículos de comunicação – num primeiro momento, imprensa escrita e no final do século XX, rádio-fônica e televisada – que desde muito cedo se interessaram pelo fenômeno carnavalesco.

Os principais modos de se brincar o carnaval tomaram, principalmente, as ruas e praças centrais do Rio de Janeiro e podem ser classificadas pelos locais e temporalidades onde se manifestavam, basicamente, como indicam as seções transversais das ruas e avenidas representadas no quadro comparativo (FIGURAS 4 e 5).

PRINCIPAIS MANIFESTAÇÕES / PERÍODO	<p><b>ESCOLAS DE SAMBA</b> 1978 / 1983</p>	<p><b>ESCOLAS DE SAMBA</b> DE 1984 EM DIANTE</p>
ESPAÇOS PÚBLICOS UTILIZADOS	 <p>RUA MARQUÊS DE SAPUCAÍ</p>	 <p>RUA MARQUÊS DE SAPUCAÍ (PASSARELA DO SAMBA)</p>



**FIGURA 5:** Quadro comparativo das principais manifestações carnavalescas do centro do Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX – parte 2. (Desenho do autor)

## OS ESPAÇOS CARNAVALESÇOS CARIOCAS – ROTEIROS MUSEOGRÁFICOS

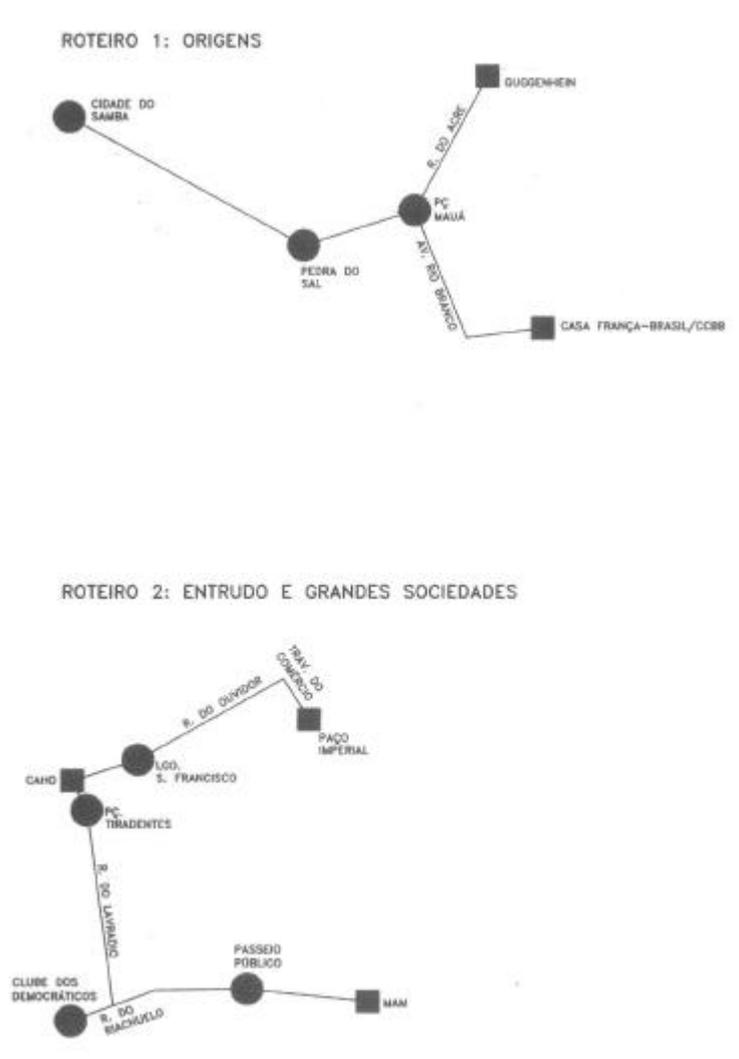
A questão posta pela condição informativa do espaço museológico urbano apresentado ao espectador como continuidade de outros espaços, estes formalizados em prédios-museus, constitui-se como um importante instrumento para uma proposta interpretativa sobre a história, a ética e a estética da festa materializadas pelas mãos dos foliões cariocas. A exposição museográfica dessa memória urbana constitui-se como fundamental para a compreensão da formação e desenvolvimento do patrimônio cultural carnavalesco que vem sendo construído na

paisagem urbana ao longo de duas centenas de anos. A maior parte desse legado ainda se encontra presente na intimidade urbana do Rio de Janeiro, explicitamente exposta – como no caso da Passarela do Samba de Niemeyer – ou implicitamente ignorada como no vale profundo conformado entre as fachadas dos prédios da rua do Ouvidor ou no nome de uma estação do metrô localizada onde um dia existiu a lendária Praça Onze.

Para tanto, proponho que sejam criados roteiros que orientem os interessados a circularem por percursos previamente estabelecidos através de um projeto museográfico, dentro e fora dos museus, estes, constituindo-se como pontos de partida e chegada de trajetos interpretativos construídos como um corpo que tenha condições de ilustrar e provocar sensorialmente o público através dos espaços descritos. Trata-se do museu ao ar livre, interligado às arquiteturas dos museus e representado pela cidade que conta uma história específica e convida o espectador à participação por suas características públicas, populares e abertas.

Dessa forma, poderíamos discutir a possibilidade de se trabalhar quatro roteiros básicos, estruturados a partir dos museus cariocas do Centro, dos prédios e espaços urbanos que ajudam a conceituar o objeto em exposição e algumas de suas interligações, ou seja, algumas das “trajetórias carnavalescas” do patrimônio cultural festivo do Rio de Janeiro.

Seguem as sugestões:

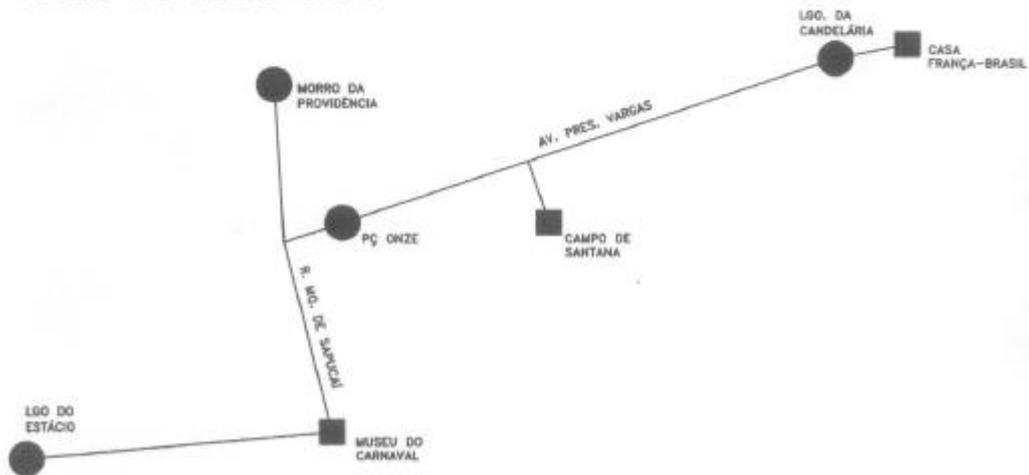


**FIGURA 6:** Esquema sugerido para os roteiros de números 1 (ORIGENS) e 2 (ENTRUDO E GRANDES SOCIEDADES). (Desenho do autor)

ROTEIRO 3: CORSO, CORDÕES, RANCHOS E ESCOLAS DE SAMBA



ROTEIRO 4: ESCOLAS DE SAMBA



**FIGURA 7:** Esquema sugerido para os roteiros de números 3 (CORSO, CORDÕES, RANCHOS E ESCOLAS DE SAMBA) e 4 (ESCOLAS DE SAMBA). (Desenho do autor)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COARACY, Vivaldo. **Memórias da Cidade do Rio de Janeiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988
- CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, 1983
- DO RIO, João. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo,: Companhia das Letras, 1997
- FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **Escolas de samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados, Rio de Janeiro, 1928-1949**. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000
- PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas – o detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas Sobre o Urbanismo Barroco no Brasil In: **Cadernos de Pesquisa do LAP – volumes 3**. São Paulo: FAUUSP, 1994.
- \_\_\_\_\_, Notas Sobre o Urbanismo no Brasil – Primeira parte: período colonial In: **Cadernos de Pesquisa do LAP – volume 8**. São Paulo: FAUUSP, 1995.
- \_\_\_\_\_, Notas Sobre o Urbanismo no Brasil – Segunda parte: séculos XIX e XX In: **Cadernos de Pesquisa do LAP – volume 9**. São Paulo: FAUUSP, 1995.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- WISSENBACH, Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível In: **História da vida privada no Brasil – vol. 3** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.